

Causas e efeitos da crise:

2/3 A crise económica e financeira em que o país está mergulhado é uma realidade complexa e grave, que não deve ser ignorada nem subestimada. São conhecidos os indicadores mais frequentemente mencionados pelos responsáveis: a inflação, o desequilíbrio externo, o déficit financeiro do Estado.

Para enfrentar a situação, o Governo vem adoptando -- no quadro do seu Programa de Gestão Conjuntural de Emergência -- um conjunto de medidas que se inscrevem no figurino hoje largamente utilizado por países com problemas afins: contenção dos salários, redução das despesas públicas, aumento das taxas de juro, aumento dos impostos, desvalorização da moeda. É suposto que, directa ou indirectamente, cada um desses vectores da política governamental tenha um efeito positivo nos três referidos indicadores. De facto, ^{a influência das medidas} ~~as medidas~~ ^{ou os} outros é irrecusável.

- Paradoxalmente, porém, pelo que respeita às condições de vida da população, o reflexo das medidas curativas tomadas vai precisamente no sentido de agravar os efeitos ^{que mais directamente atingem a população: a} ~~de~~ redução do poder de compra e ~~o~~ ^o desemprego. Diz-se-ia que a terapêutica visa a cura do paciente chamado "país", à custa dos agravamentos dos males que atingem os cidadãos que são esse mesmo país.

Trata-se, sem dúvida, de uma situação aparentemente bizarra, mas que tem de aceitar-se ~~como~~ como inevitável, dado que se não conhecem, por enquanto, soluções qualitativamente diferentes das adoptadas, ou seja, soluções que permitam reduzir a inflação e os desequilíbrios em causa, sem consequências temporariamente gravosas para as condições de vida da população. ①

Novas ideias / novas soluções / novas convergências

- Importa, no entanto, sublinhar que a inevitabilidade de políticas que implicam tão elevados custos humanos e sociais impõe exigências graves ao modo de "manusear" tais medidas.

A primeira e mais elementar questão que se põe e deve ter resposta é esta: as medidas de estabilização e os sacrifícios que acarretam concorrem para eliminar as causas da crise ou apenas actuam sobre os efeitos? É o próprio Governo que declara que o Programa de Gestão Conjuntural de Emergência "não traz em si, certamente, a cura para os males profundos da economia por-



~~Não é indiferente para o povo português o modelo de desenvolvimento que virá a orientar a política de médio/longo prazo: a importância que atribuirá à satisfação das necessidades básicas da generalidade da população; as formas de participação que promoverá, quer na formulação da política quer na sua execução; a relevância que dará ao objectivo de reduzir as desigualdades e promover a justiça social; a medida em que respeitará e promoverá a dignidade do trabalho e os direitos dos trabalhadores; o esforço que porá na defesa da liberdade do país, face a dependências externas, económicas ou outras.~~

Por outro lado, se, como se prevê, o programa de emergência poupará as causas da crise, o país corre o risco de, no termo desse programa, se encontrar em situação idêntica à inicial, no que respeita às raízes do mal. ~~Viremos~~, então, a saber que a austeridade tem de continuar, ou que um novo ciclo se tem de iniciar, semelhante ao actual, porventura mais complexo e mais exigente. A menos que factores exógenos nos valessem, nalguns sectores bem delimitados, não sem aumentar a vulnerabilidade do país em relação ao exterior, que será tanto maior quanto maior fôr o atraso dos restantes sectores da economia nacional.

Interdependência entre o presente e o futuro:

Daf que os três horizontes temporais -- o curto, o médio e o longo -- devam ser considerados não em sucessão mas em simultaneidade, servindo cada um para enquadrar os ^{outros} ~~acontecimentos~~. Aliás, pelo menos nalguma medida, o Governo reconhece essa necessidade, no Programa que submeteu à Assembleia da República. Na prática, ~~o~~ ^{o povo português} sente da austeridade a presença concreta no quotidiano; e, quanto ao resto, nada sabe.

Por outro lado,

~~as~~ ^{as} medidas restritivas como as que vêm sendo ~~aplicadas~~ ^{deverem ser aplicadas de modo} usadas ~~de modo~~ ^{selectivo} e acompanhadas de medidas complementares. Selectivo no sentido de as fazer incidir preferencialmente em pontos em que sejam maiores os resultados pretendidos e menores os custos humanos e sociais; de atingir menos as famílias mais vulneráveis; e de não afectar a situação das famílias que vivem no limiar da sobrevivência. Medidas complementares destinadas a compensar os efeitos negativos, através de esquemas adequados de segurança social, de apoio aos desempregados, etc..

⊕ É preciso pa a anti-culpaq entre o curto e o médio prazo seja efectivo e se faça desde já.

Finalmente, deve considerar-se inaceitável, mesmo em tempo de crise como esta que o país atravessa, a inexistência de um programa específico de combate à pobreza, que abranja quer a pobreza herdada do passado, quer os "novos pobres" que a crise e a política de estabilização vêm gerando.

Fundação Cuidar o Futuro

Em suma: não devemos substituir as ações a serem feitas apenas no âmbito de articulação entre o presente e o futuro por considerarmos desajustadas.
Ficou afirmando que os efeitos da crise ~~definitivamente~~ ^{há} problemas ^{por enquanto,} associados com instrumentos de política econômica diferentes dos que o governo se propôs adotar. O problema não está no tipo de instrumentos mas no desajustamento com que são aplicados. E este ~~há de ser~~ o poder de delimitar o âmbito de aplicação do futuro que há de ser uma construção participativa do povo. Vejamos, então, quais as linhas desse futuro.

